

## ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Adriana Ferrari<sup>1</sup>  
Antônio Sílvio de Queiróz<sup>2</sup>  
Flora Dorado P. de Oliveira<sup>3</sup>  
Sérgio Artur Ferreira Filho<sup>4</sup>  
Soraya A. Brandão de Proença<sup>5</sup>

Orientadoras: Msc Andrea Cristina Martins<sup>6</sup>  
Dra Viviane Maria P. Garbelini

### RESUMO

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno universal que por sua elevada incidência e prevalência, bem como pelos danos que determina, é considerado um complexo problema de responsabilidade social. Configura em importante desafio para os integrantes da polícia civil especializada neste tipo de delito, bem como para os profissionais de saúde. Exige conhecimentos apropriados de medicina legal e sexologia Florence, bem como funcionários especializados e treinados para atendimento da vítima. O presente artigo visa apontar pontos comuns entre as vítimas, detectados a partir de pesquisa realizada dentro do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (NUCRIA) com os responsáveis pelos vitimados.

**Palavras chaves:** Abuso sexual de crianças e adolescentes; violência intra-familiar; Núcleo de Proteção a Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime;

### ABSTRACT

Child and adolescent abuse is a universal phenomenon, which, for its high incidence and prevalence, as well by the damages that it produces, is considered a complex problem of social responsibility. Also, it is an important challenge for police officers specialized on this kind of crime, as well for health professionals. It demands proper knowledge on forensic medicine and sexology, as well trained and specialized professionals for victim attendance. This paper, based on a small research realized at the Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente – NUCRIA (Child and Adolescent Victims Protection Department), by which professionals were interviewed, seeks to remark some common characteristics of the victims.

---

<sup>1</sup> Profissional da Área de Estética formada pelo Professional School Lady & Lord; Cursando o 2º Período de Direito nas Faculdades OPET; [adrianaferrarimt@hotmail.com](mailto:adrianaferrarimt@hotmail.com)

<sup>2</sup> Licenciado em Administração de Empresas pela FAE; Pós Graduado em Administração com Ênfase em Qualidade Total pela Fundação Getúlio Vargas; Funcionário Público Estadual, lotado no Departamento Administrativo do Ministério Público; Cursando o 2º Período de Direito nas Faculdades OPET; [toninos@mp.pr.gov.br](mailto:toninos@mp.pr.gov.br)

<sup>3</sup> Profissional da Área de Gastronomia formada pelo SENAC/RO; Cursando o 2º Período de Direito nas Faculdades OPET; [floradorado@hotmail.com](mailto:floradorado@hotmail.com)

<sup>4</sup> Licenciado Psicologia pela PUC/PR; Pós Graduado em Metodologia de Intervenção no Processo de Aprendizagem pela PUC/PR; Funcionário Público Estadual, lotado no Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Crime (NUCRIA); Cursando o 2º Período de Direito nas Faculdades OPET; [sergioarturfilho@yahoo.com.br](mailto:sergioarturfilho@yahoo.com.br)

<sup>5</sup> Licenciada em Pedagogia UTP; Pós Graduada em Metodologia de Ensino de 1º e 2º Graus pelas Faculdades Integradas Espírita; Funcionária Pública Estadual Aposentada; Cursando o 2º Período de Direito nas Faculdades OPET; [sorayabrandao@brturbo.com.br](mailto:sorayabrandao@brturbo.com.br)

<sup>6</sup> Orientadora, Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, advogada do Instituto Lixo e Cidadania, Professora de Sociologia Jurídica do curso de Direito das Faculdades OPET e da disciplina de Direito na Universidade Positivo, Curitiba - PR. [Andreamartins2004@hotmail.com](mailto:Andreamartins2004@hotmail.com)

**Key words:** Child and adolescent sexual abuse; domestic violence; Child and Adolescent Victims Protection Department;

## 1. INTRODUÇÃO

Em Curitiba/PR a delegacia especializada que trata deste tipo de crime é o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Víctima de Crime (NUCRIA)<sup>7</sup>, local onde ocorreu a pesquisa de campo.

O Governo Federal<sup>8</sup>, desde o início da década de 80 vem implantando políticas públicas em prol da defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, os quais foram consolidados através da promulgação da Constituição Federal/88 e do Estatuto da Criança e do Adolescente/93, com o objetivo de enfrentamento a violência sexual. O objetivo é o de oferecer um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de crimes como o abuso e a exploração sexual, bem como a seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da auto-estima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida.

O atendimento das vítimas de violência sexual em órgão especializado amplia a defesa dos seus direitos e através da denúncia dos agressores para os sistemas de segurança pública e de justiça, objetivando a responsabilização criminal, como se pode observar no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Víctimas de Crime de Curitiba, o qual tem papel fundamental no referido atendimento, combatendo à impunidade, sendo este o local onde se desenvolveu esta pesquisa de campo (Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome, 2010, p.1).

## 2. METODOLOGIA

Inicialmente a pesquisa foi parte do processo de avaliação da disciplina de Sociologia Jurídica do Curso de Direito da Faculdade OPET durante os meses de

---

<sup>7</sup> POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. **Núcleo de Apoio a Criança e ao Adolescente Víctimas de Crime (NUCRIA)**. Disponível em: [www.policiacivil.pr.gov.br](http://www.policiacivil.pr.gov.br) Acesso em 15/03/2010

<sup>8</sup> MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL S COMBATE A FOME. **Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/> Acesso em 19/05/2010

março e abril de 2010 e que posteriormente foi ampliada durante os meses de maio e junho do mesmo ano.

A metodologia utilizada para análise deste grupo social foi o método exploratório, ao qual se costuma recorrer para analisar e generalizar os resultados das observações realizadas.

A investigação se baseou em entrevistas, sob a forma de questionário englobando perguntas objetivas e subjetivas, as quais foram aplicadas em 24 pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, os quais os acompanharam durante avaliação com psicólogos, procedimento este da polícia judiciária.

As entrevistas foram realizadas no Núcleo de proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (NUCRIA)<sup>9</sup>, individualmente.

Um dos objetivos deste trabalho foi o de colher a percepção do noticiado sobre o direito; se possuía conhecimento da violação do direito do menor, se acreditava que existia relação entre o direito violado do menor e o nível social no qual ele está inserido; se possuía informações sobre quais procedimentos médicos o menor deveria se submeter, se pretendia buscar apoio paralelo junto a outro Órgão Público; quais as suas expectativas em relação ao Núcleo de Proteção às Crianças e Adolescentes Vítimas de Crime frente à denúncia do fato.

Procurou-se através desta investigação, quantificar as características sócio-econômicas da família do menor, o grau de escolaridade deste, bem como verificar se ocorreram semelhanças em relação aos “*modos operandi*” dos fatos.

### 3. ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No entendimento da promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude de Brasília/DF, abordado por Cordeiro<sup>10</sup> (2006, p.1), o abuso sexual de menores corresponde ao “ato sexual obtido por meio de violência, coação irresistível, chantagem ou como resultado de alguma condição debilitante ou que prejudique razoavelmente a consciência e o discernimento.”

---

<sup>9</sup> POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. **Núcleo de Apoio a Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (NUCRIA)**. Disponível em: [www.policiacivil.pr.gov.br](http://www.policiacivil.pr.gov.br) Acesso em 15/03/2010

<sup>10</sup> CORDEIRO, Flávia de Araújo. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes** - Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006.

Conforme a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA), extinta em 2006, é possível diferenciar duas formas de abuso sexual: sem contato físico e com contato físico, sendo os sem contato físico os atos verbais, telefonemas obscenos, voyeurismo, exibicionismo; enquanto os com contato físico seriam os atos físicos genitais, sadismo e pornografia.

### **3. ÓRGÃOS DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL**

Buscando resgatar os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal/88 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente/90 (ECA), o fortalecimento da autoestima das vítimas, o restabelecimento a convivência familiar em condições dignas, bem como apurar os fatos, a fim de averiguar a verdade, processando e julgando os culpados, estabeleceram-se por determinação Federal, Estadual e ou Municipal órgãos de proteção à criança e adolescentes.

Em Curitiba existem vários órgãos de apoio a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, instituídos tanto por determinação do Governo Federal, através do Estatuto do Menor e do Adolescente (ECA), quanto através do Governo Estadual e Municipal, por meio das suas respectivas constituições e de leis infraconstitucionais.

#### **3.1 NÚCLEOS DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA DE CRIME (NUCRIA)**

O Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (NUCRIA)<sup>11</sup> é a primeira delegacia especializada na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes do Brasil. Conta com policiais treinados e psicólogos para avaliar as condições das crianças e adolescentes vitimadas por abuso sexual e qualquer outro tipo de crime a elas infligidos.

#### **3.2 CONSELHOS TUTELAR**

São órgãos municipais destinados a zelar pelos direitos das crianças e adolescentes. Sua competência e organização estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 131 a 140).

---

<sup>11</sup> POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. **Núcleo de Apoio a Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (NUCRIA)**. Disponível em: [www.polliciacyil.pr.gov.br](http://www.polliciacyil.pr.gov.br) Acesso em 15/03/2010

O Conselho Tutelar é composto por cinco membros, eleitos pela comunidade para acompanharem as crianças e os adolescentes e decidirem, em conjunto, sobre qual medida de proteção deve ser aplicada a cada caso. Devido ao seu trabalho de fiscalização a todos os entes de proteção (Estado, comunidade e família), o Conselho goza de autonomia funcional, não tendo nenhuma relação de subordinação com qualquer outro órgão do Estado (Ministério Público, 2010, p.1)<sup>12</sup>. Para ser Conselheiro Tutelar, a pessoa deve ter mais de 21 anos, residir no município e reconhecida idoneidade moral.

### 3.3 VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Órgão diretamente ligado ao Tribunal de Justiça de cada Estado da Federação atua com competência em atendimento à crianças e adolescentes os quais se encontrem em risco pessoal e social ou em conflito com a lei penal. (TJ/PR)<sup>13</sup>

### 3.4 MINISTÉRIO PÚBLICO

Uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127, CF/88)<sup>14</sup>.

As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do MP, com pelo menos um cargo de promotor de justiça. Elas podem ser judiciais ou extrajudiciais, gerais, cumulativas ou especiais, que tratam exclusivamente de assuntos específicos, como os direitos da defesa da criança e do adolescente.

### 3.5 DISQUE 100

É um programa da Secretaria Especial de Direitos Humanos<sup>15</sup> e tem como objetivo acolher denúncias de violência contra crianças e jovens. As denúncias são

---

<sup>12</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Conselho Tutelar:** Parâmetros para a Interpretação do Alcance de sua Autonomia e Fiscalização de sua Atuação. Disponível em: [www.mp.pr.gov.br/arquivos/File/ConselhoTutelar-autonomia.pdf](http://www.mp.pr.gov.br/arquivos/File/ConselhoTutelar-autonomia.pdf) Acesso em 26/05/2010

<sup>13</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <http://portal.tjpr.jus.br/> Acesso em 20/05/2010

<sup>14</sup> ANGHER, Ane Joyce (Org). **Vade Mecum:** Acadêmico de Direito. 10 ed. São Paulo, 2010.

<sup>15</sup> SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Disque 100.** Disponível em: [www.sedh.gov.br](http://www.sedh.gov.br) Acesso em 26/05/2010

analisadas por atendentes especializados e encaminhadas aos órgãos de defesa e responsabilização, em um prazo de até 24 horas.

### 3.6 CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARANÁ

Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente acolhem denúncias de violência, abusos e desrespeito, além de formular políticas de atendimento à criança e ao adolescente. O Conanda é um órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República. Os Conselhos Estaduais reúnem representantes da sociedade civil e do poder público. (Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010, p. 1)<sup>16</sup>

### 3.7 COMITE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Surgiu de uma proposta no encontro realizado em Natal (RN) para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em junho de 2000.

É uma instância nacional representativa da sociedade, dos poderes públicos e das cooperações internacionais, para monitoramento da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. (Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2010, p. 1)<sup>17</sup>

### 3.8 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBA (COMTIBA)

É um órgão da política de promoção de defesa da criança e do adolescente, o qual regula e fiscaliza as ações de execução no que se refere a população infanto-juvenil. É composto paritariamente de 12 (doze) conselheiros, não remunerados, sendo 06 (seis) representantes da Sociedade Civil Organizada, eleitos pelas entidades registradas no COMTIBA<sup>18</sup>, por um período de dois anos, permitida uma única

---

<sup>16</sup> SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE. **Apresentação do Conselho.** Disponível em: [www.secj.pr.gov.br/](http://www.secj.pr.gov.br/) Acesso em 26/05/2010

<sup>17</sup> COMITE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Quem somos.** Disponível em: [www.comitenacional.org.br](http://www.comitenacional.org.br) Acesso em 19/05/2010

<sup>18</sup> CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBA. **Apresentação.** Disponível em: [www.pedropaulo.com.br/home/.../conselhos\\_municipais.doc](http://www.pedropaulo.com.br/home/.../conselhos_municipais.doc) Acesso em 11/06/2010

recondução por igual período e 06 (seis) representantes indicados pelo Governo Municipal. (COMTIBA)

### 3.9 COMISSÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/PARANÁ (OAB/PR)

Tem como compromisso a luta pelo direito das crianças e dos adolescentes. É composta do Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 08 (oito) membros, todos bacharéis em Direito, inscritos na OAB. (OAB/PR)<sup>19</sup>

## 4. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO PESQUISADO

Os sujeitos desta investigação foram crianças e adolescentes entre 03 e 16 anos de idade, de ambos os sexos, sendo 83% oriunda de instituição pública de ensino.

Constatou-se a predominância (78%) de vítimas do sexo feminino, sendo que os responsáveis na maioria dos casos são pessoas do convívio do menor, tendo pais e padrastos preponderantemente como os responsáveis pela vitimação.

Um dado relevante é de que a notificação do ato abusivo junto à delegacia especializada (NUCRIA)<sup>20</sup>, na maioria das vezes, foi realizada pela mãe ou pai biológico.

A renda familiar gira em torno de 02 a 03 salários mínimos, apesar de constatar-se casos em famílias mais abastadas financeiramente.

A residência do noticiado, pessoa que supostamente cometeu o crime, foi o local onde mais frequentemente ocorreu o ato violento.

Observou-se que todos os entrevistados possuíam conhecimento de que o direito do menor fora violado, apesar de desconhecerem o significado da palavra direito, mas possuírem noção de certo e errado, lícito e ilícito.

Também ficou claro o desconhecimento por parte da maioria dos responsáveis de que o Estado assegura direitos às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, bem como não terem noção dos procedimentos a serem seguidos após a denúncia e a avaliação psicológica da criança ou adolescente vítima de abuso sexual.

---

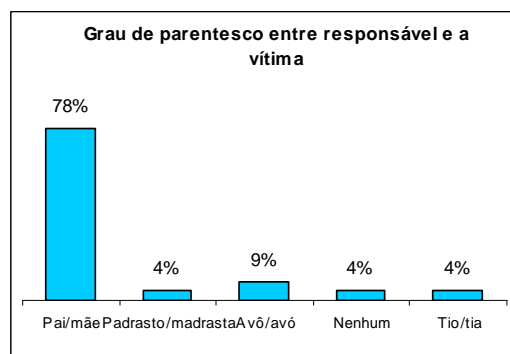
<sup>19</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/PR. **Comissão da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.oabpr.com.br/> Acesso em 11/06/2010

<sup>20</sup> POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. **Núcleo de Apoio a Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (NUCRIA)**. Disponível em: [www.policiacivil.pr.gov.br](http://www.policiacivil.pr.gov.br) Acesso em 15/03/2010

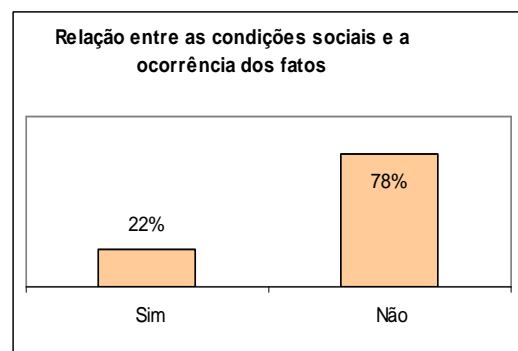
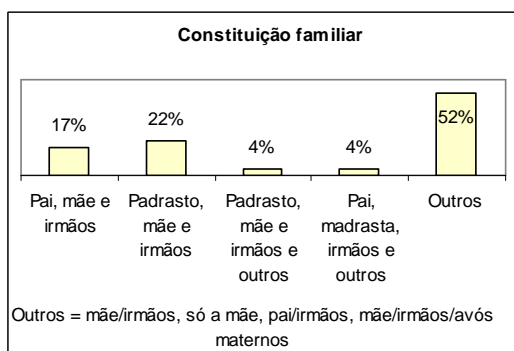
#### 4.1 RESULTADO DOS DADOS COLETADOS

Para melhor compreensão dos dados coletados, serão apresentados os resultados desta pesquisa em forma de gráficos para que, de forma clara e direta, se transmita os resultados obtidos.

Os dados pesquisados demonstraram que 78% dos noticiantes dos fatos eram os pais biológicos, 12% possuíam algum grau de parentesco com a vítima e 4% apenas acompanharam a vítima ao Setor de Psicologia para avaliação.



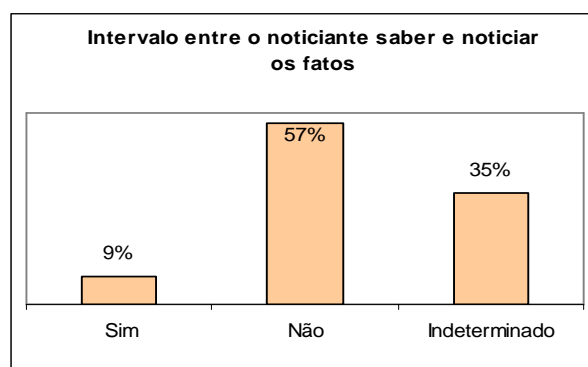
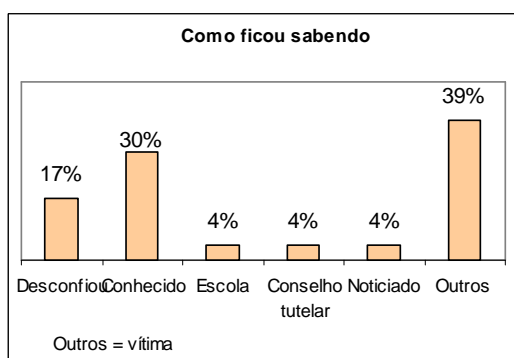
Referente ao perfil social das famílias apurou-se que 17% das instituições familiares são constituídas por pai/mãe/irmãos; 22% por padrasto, mãe e irmãos; 4% por padrasto, mãe, irmãos e outros (avós, tios...); 4% por pai, madrasta, irmãos e outros (avós, tios...); e 52% das famílias eram constituídas por mãe, irmãos e avós maternos; constatando-se através da pesquisa que em 78% dos casos a condição social não contribuiu para a prática dos atos noticiados.



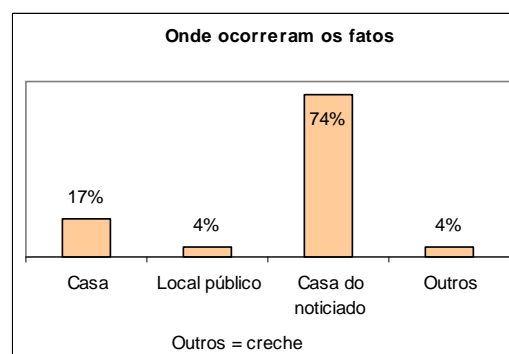
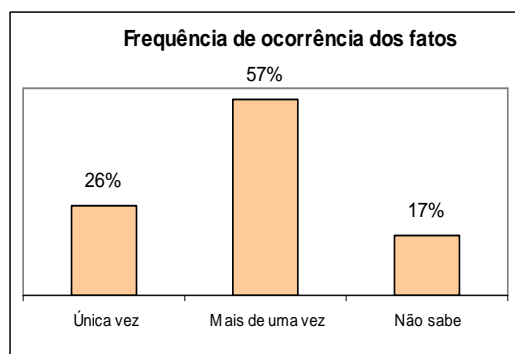


Sobre as características do fato se observou que 30% dos noticiantes afirmaram tomar conhecimento dos atos através de uma pessoa conhecida, 17% desconfiaram da ocorrência deles, 39% foram informados pelas vítimas, 4% tomaram conhecimento por intermédio do Conselho Tutelar e 4% através da instituição escolar.

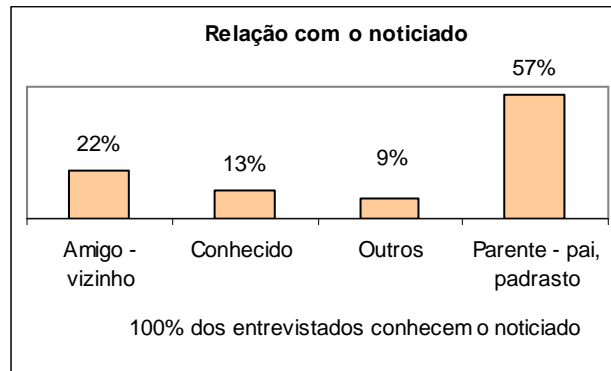
Em relação ao tempo entre o acontecimento da violência ao menor e a queixa prestada ao órgão policial (NUCRIA) 57% tiveram um intervalo inferior a sete dias, 9% registraram ocorrência em intervalo superior a sete dias, enquanto 35% dos entrevistados não souberam precisar a data de ocorrência dos fatos noticiados.



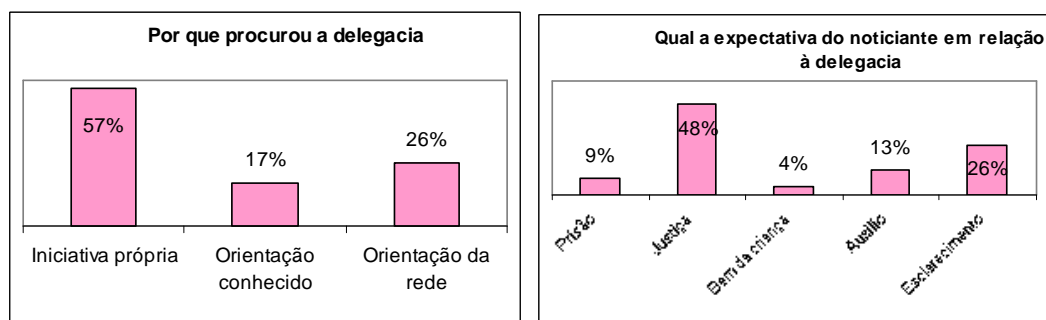
Com referência aos fatos ocorridos detectou-se que 26% dos atos noticiados, de acordo com os entrevistados, ocorreram uma única vez, enquanto que 57% ocorreram mais de uma vez e 17% não souberam precisar a possível periodicidade dos fatos. Constatou-se que 74% dos atos ocorreram na casa do noticiado, 17% na casa em que vítima reside, 8% em local público, sendo que destes 4% ocorreram na creche que a vítima freqüentava.



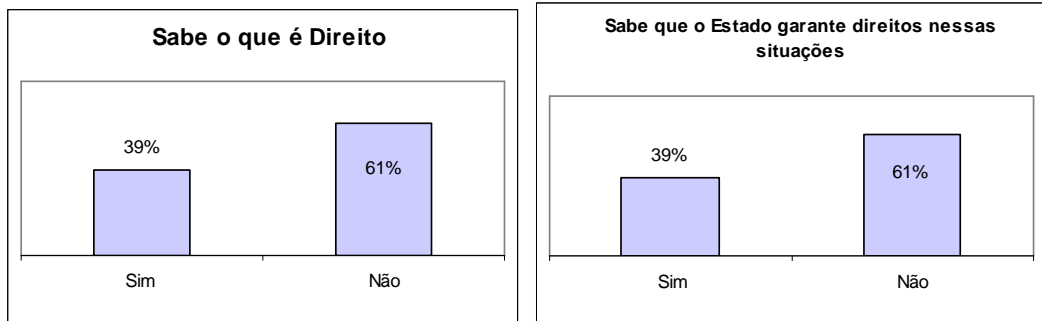
Todos os entrevistados afirmaram conhecer o noticiado, dos quais 57% eram parentes das vítimas (pai ou padrasto); 22% correspondem a amigos ou vizinhos; e os 22% restantes referem-se a conhecidos.



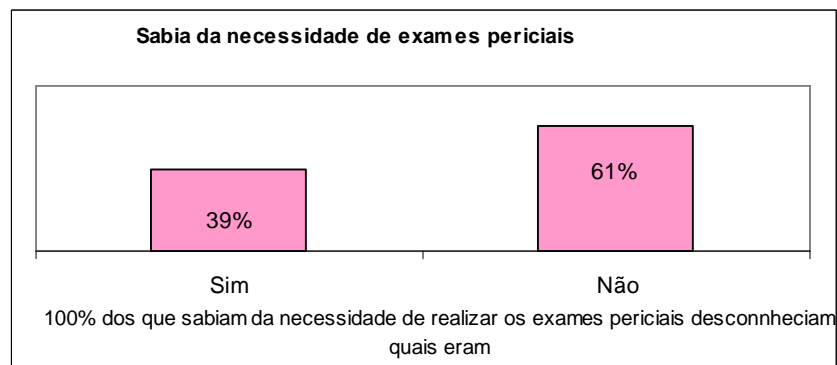
No tangente a busca pelo órgão policial para denunciar os fatos, identifica-se que 57% dos entrevistados procuraram a polícia por iniciativa própria, 26% o fizeram por orientações de outro órgão da rede de proteção, e 17% através de orientações de um conhecido. Do universo pesquisado, 30% buscaram a justiça, 48% esclarecimento quanto a ocorrência dos fatos noticiados, 9% pretendiam que o noticiado fosse preso, 4% buscaram o bem da criança, e outros 39% buscaram um auxílio (sem detalhar qual forma) e esclarecimentos.



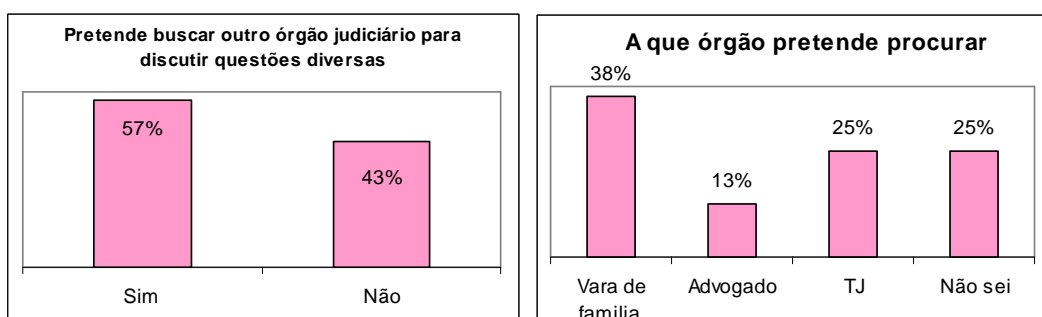
No que diz respeito ao entendimento sobre o significado da palavra direito, 61% informaram não saber como definir o que significa, apesar de possuírem noção de certo e errado e 39% souberam definir, em linhas gerais, apesar de 39% não saber que o Estado garante direitos quando o direito do menor é violado.



61% dos entrevistados demonstraram não conhecerem a necessidade da realização de exames periciais na vítima, dentre os 39% que detinham o conhecimento sobre a realização de tais exames, 100% desconheciam quais os exames que devem ser realizados.



Dos entrevistados, 43% afirmaram não pretender buscar outros órgãos jurídicos e 57% demonstraram tal pretensão, embora destes, 25% não sabiam qual órgão procurariam. Dos que irão procurar também outros meios para obtenção da justiça 13% disseram que irão procurar um advogado, 38% buscarão órgão da Vara de família e 25% ao TJ. O restante não soube precisar se procuraria outros meios para a obtenção da justiça.



## 5. PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O pediatra Lauro Monteiro, a mais de 20 anos promove e defende os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Fundador da Associação Brasileira de Multiprofissional de Proteção à Infância e a Juventude (ABRAPIA), a qual funcionou por 19 anos, sendo extinta por falta de apoio financeiro de empresas privadas e do Governo Federal, continua a ampliar o trabalho de divulgação dos direitos das crianças e adolescentes através do site [www.observatoriodainfancia.com.br](http://www.observatoriodainfancia.com.br), o qual traz informações sobre os diversos assuntos relacionados a criança e ao adolescente, sendo a violência sexual sofrida por crianças e adolescentes um deles. Alerta Monteiro<sup>21</sup> (2010, p.1) que as medidas para prevenir o abuso sexual e proteger a criança e adolescente devem ser aplicadas precocemente, em virtude dos abusos sexuais poderem ocorrer desde os primeiros anos de vida. Medidas estas simples, que podem ser incluídas nas conversas do dia a dia. O importante é repassar regras de conduta tão naturais quanto as orientações para atravessar a rua e evitar acidentes. Segundo Cordeiro<sup>22</sup>(2010) algumas regras básicas são:

- a) Educar a criança ou adolescente a zelar pela sua própria segurança, orientando-as a perceber más intenções mesmo em relação a pessoas conhecidas e íntimas.
- b) Pedir para a criança ou adolescente se afastar de qualquer pessoa que tente tocar seu corpo em segredo e contar para algum adulto imediatamente sobre o ocorrido.
- c) Ensinar que o respeito aos adultos não representa obediência total à sua autoridade e que as crianças e adolescentes podem rejeitar realizar aquilo que não as fazem se sentir bem. Essa situação abrange, inclusive, familiares ou adultos próximos, que cuidam das crianças e ou adolescentes.
- d) Determinar que a criança não deve aceitar favores, dinheiro ou convite para qualquer atividade por parte de pessoas estranhas.

---

<sup>21</sup> MONTEIRO, Lauro. **Violência Sexual**. Disponível em: <http://www.observatorio-dainfancia.com.br/> Acesso em 26/05/2010.

<sup>22</sup> CORDEIRO, Flávia de Araújo. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes** - Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006.

e) Procurar conhecer os amigos, principalmente os que são adultos, das crianças e adolescentes de sua família ou de sua sala de aula.

f) Se não for possível manter as crianças sob a supervisão de um adulto por todo o tempo, ensiná-las a ficarem juntas explicando as vantagens do companheirismo.

g) Valorizar positivamente as partes íntimas do corpo de uma criança e explicar que o contato de outras pessoas com esses órgãos não é comum.

É importante também os pais estarem bem informados sobre a realidade do abuso sexual contra crianças, ouvindo atentamente tudo que a criança ou adolescente lhe contar, acreditando por mais absurdo que lhe pareça no momento, sendo para isto necessário dispor de tempo e atenção; saber com quem a criança e o adolescente fica nos momentos de lazer e conhecer seus colegas, bem como os pais destes; procurar informar-se sobre o que sabem e como lidam com a questão da violência e do abuso sexual os responsáveis pela creche, pela escola, pelos programas de férias, bem como o pediatra, o conselheiro religioso, a empregada e a babá (Monteiro, 2010, p.1).

Devido os dados apontados na pesquisa, verifica-se que a educação e a necessidade de informação sobre os direitos do cidadão são fundamentais para que se possa efetivamente preservar a saúde física e mental e vida de crianças e adolescentes do nosso país. As principais sequelas do abuso sexual, constata Abigzang e Caminha<sup>23</sup> (2009), são as de ordem psíquica, sendo um relevante fator na história da vida emocional de homens e mulheres com problemas conjugais, psicossociais e transtornos psiquiátricos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como alterar esse quadro? É possível criar políticas públicas e leis que possam realmente proteger as crianças e adolescentes?

A pesquisa aponta a necessidade de informação para que as pessoas possam exercer sua cidadania e reivindicar seus direitos, conforme os dados apontados a maioria dos casos de abuso acontecem no ambiente doméstico, com pessoas do convívio familiar da criança ou do adolescente o que reforça a importância também

---

<sup>23</sup> ABIGZANG, Luiza Fernanda; CAMINHA, Renato Maiato. **Abuso Sexual Contra Crianças E Adolescentes**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

de trabalho com a educação da prevenção. Romper com os pactos de silêncio que encobrem as situações de abuso sexual, conforme explica Faleiros<sup>24</sup> (2010) é uma das questões cruciais do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Denunciar é o primeiro e decisivo passo, sem o qual nada pode ser feito. A denúncia e a notificação permitem a elucidação de um crime e a responsabilização de seu autor, bem como a proteção e defesa das pessoas envolvidas na situação, principalmente, a criança vítima. Isso implica pessoas dispostas a correr riscos e a contribuir para o desmonte desses pactos silenciosos que alimentam a impunidade e criam um círculo vicioso que expõe a vítima a continuidade dos abusos por tempo indefinido. É necessário criar canais de instrumentos de empoderamento para o exercício efetivo da cidadania e do direito.

## 8. REFERÊNCIAS

ABIGZANG, Luiza Fernanda; CAMINHA, Renato Maiato. **Abuso Sexual Contra Crianças E Adolescentes**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

ANGHER, Ane Joyce (Org). **Vade Mecum: Acadêmico de Direito**. 10 ed. São Paulo, 2010.

BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos Fundamentais na Constituição de 1988: conteúdo jurídico das expressões**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBA. **Apresentação**. Disponível em: [www.pedropaulo.com.br/home/.../conselhos\\_municipais.doc](http://www.pedropaulo.com.br/home/.../conselhos_municipais.doc) Acesso em 11/06/2010

COMITE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Quem somos**. Disponível em: [www.comitenacional.org.br](http://www.comitenacional.org.br) Acesso em 19/05/2010

CORDEIRO, Flávia de Araújo. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes** - Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006.

---

<sup>24</sup> FALEIROS, Eva T. Silveira. **Conceituação e Categorização da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <http://www.casadomenor.org.br/> Acesso em 15/03/2010.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Conceituação e Categorização da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <http://www.casadomenor.org.br/> Acesso em 15/03/2010.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL S COMBATE A FOME. **Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/> Acesso em 19/05/2010

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Conselho Tutelar: Parâmetros para a Interpretação do Alcance de sua Autonomia e Fiscalização de sua Atuação**. Disponível em: <http://www.mp.pr.gov.br/arquivos/File/ConselhoTutelar-autonomia.pdf> Acesso em 26/05/2010

MONTEIRO, Lauro. **Violência Sexual**. Disponível em: <http://www.observatorio.dainfancia.com.br/> Acesso em 26/05/2010.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/PR. **Comissão da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.oabpr.com.br/> Acesso em 11/06/2010

POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. **Núcleo de Apoio a Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (NUCRIA)**. Disponível em: [www.polliciacivil.pr.gov.br](http://www.polliciacivil.pr.gov.br) Acesso em 15/03/2010

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Disque 100**. Disponível em: [www.sedh.gov.br](http://www.sedh.gov.br) Acesso em 26/05/2010

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE. **Apresentação do Conselho**. Disponível em: [www.secj.pr.gov.br/](http://www.secj.pr.gov.br/) Acesso em 26/05/2010

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Brasilsinho – Situação de risco**. Disponível em: [http://portal.tjpr.jus.br/web/adocao\\_inf\\_juv/brasilsinho\\_situacao\\_risco](http://portal.tjpr.jus.br/web/adocao_inf_juv/brasilsinho_situacao_risco) Acesso em 20/05/2010